

Nº7 (sete)

ATAS

CR
MB
Z

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, reuniu-se na Creche A Tartaruga e a Lebre, sita na Rua Carlos Mayer, número 4, Alvalade, em Lisboa, a Assembleia Geral Extraordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme a alínea 3) do artigo 27 dos Estatutos aprovados pela Direção Geral da Segurança Social, no livro número 9 das Associações de Solidariedade Social, com a inscrição 146/01, com a seguinte Ordem de Trabalhos inicial, conforme convocatória (anexo 1): -----

Ponto um – Mudança da Sede social da Instituição-----

Ponto dois – Possibilidade de alienação da Fração da Avenida 5 de outubro, nº 104 – 5º andar em Lisboa-----

Ponto três – Informação sobre a aplicação dos fundos da venda do terreno da Rua Barão Sabrosa--

Ponto quatro – Discussão sobre a necessidade de proceder à alteração do nome da Instituição.-----

Presidiu o Presidente da Mesa da Assembleia, o associado Miguel Almeida Chaveca Quintino, estando também presentes o Vice-Presidente da Mesa, o associado Pedro Manuel da Silva Leandro e a Secretária, a associada Maria Isabel Macedo da Silva Bento.-----

Não havendo, à hora marcada, vinte horas, o número suficiente de associados para se proceder à Assembleia, nos termos do nº 1 do artigo 24 dos Estatutos da APPACDM de Lisboa, deu-se início à reunião pelas vinte horas e trinta e cinco minutos.-----

O Presidente da Mesa confirmou a Ordem dos Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade, na presença de trinta e três (33) associados na sala, havendo uma delegação de voto registada no Livro de Presenças.-----

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direção, o associado Mário José Santos de Matos, que agradeceu a presença de todos na Assembleia Extraordinária, referindo que os vários pontos da Ordem de Trabalhos constituem uma oportunidade de reflexão sobre a Instituição, sendo por isso uma sessão diferente de uma Assembleia Ordinária, onde são analisados documentos formais. Em relação ao **Ponto um**, comunicou que os Serviços Centrais eram sitos na Avenida 5 de outubro, 5º andar, num prédio cujo elevador está selado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) desde outubro de 2017, o que consubstancia dificuldades de acesso pelos associados, familiares e trabalhadores; acrescem as más condições e avançado estado de deterioração do prédio, devido às faltas de pagamento por alguns condóminos. Tendo sido verificada esta situação crítica pela atual Direção, e na tentativa de se consolidarem as várias Estruturas da Associação, procurou-se um novo espaço para os Serviços Centrais, tendo-se chegado a pensar no Centro da Ajuda, com reorganização das salas do antigo Centro *Bonny Stilwell*, mas essa opção teve que ser posta de parte, pela insuficiência de cobertura de internet, sem fibra ótica na zona, o que inviabilizava a transferência dos Serviços. Assim, considerou-se a área desativada da antiga piscina terapêutica do Centro Júlia Moreira, local para o qual se transferiram as atividades do Centro de Santa Clara, depois de ter terminado o respetivo contrato de arrendamento, verificando-se que o espaço ainda disponível também poderia oferecer



ATAS

benefícios para concentrar os Serviços Centrais, consolidando-se estruturas, permitindo a redução de custos e a melhoria funcional das instalações.-----

O Presidente acrescentou que a Direção manifestou desde sempre preocupação com o bem-estar dos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) de Santa Clara, que ao serem transferidos deixariam de conviver na zona onde estavam integrados há vários anos, com participação na comunidade. Contudo, a experiência da sua reinstalação revelou resultados positivos, estando bem integrados e satisfeitos, pelo que se considera ter sido uma boa opção.-----

O Presidente da Direção referiu que foram realizadas as obras a partir do projeto desenvolvido, dando-se resposta às exigências da Segurança Social, tendo-se concentrado o CAO de Santa Clara e os Serviços Centrais no mesmo complexo do Centro Júlia Moreira, com uma redução anual de custos (renda, energia, limpeza, alimentação, parqueamentos) estimada entre 20.000€ e 30.000€, para além de se libertar a propriedade da Avenida 5 de outubro, que será objeto de análise noutro ponto da Ordem de Trabalhos.-----

O Presidente da Direção reiterou que os Serviços Centrais são a referência institucional da Associação, e que sendo a Sede social estatutariamente na Avenida 5 de outubro, será necessária uma deliberação da Assembleia Geral para a respetiva alteração aos Estatutos, devido à recente e inevitável mudança de instalações. -----

Antes da leitura da proposta de mudança da Sede social da Instituição apresentada pela Direção, o Presidente da Mesa perguntou aos presentes se havia questões, tendo a associada Maria Margarida Amadinho da Paz reclamado por não estar referido na convocatória um ponto sobre a alteração ao artigo 2º, nº1 dos Estatutos, mais referindo a necessidade de uma aprovação por maioria qualificada, ao que o Presidente da Mesa esclareceu "que a alteração de sede social comporta, como condição *sine qua non*, uma alteração estatutária, no caso concreto ao artigo 2º, nº1 e cuja nova redação consta da proposta apresentada" passando-se à leitura da referida proposta, que se junta à presente Ata como documento 1.-----

Passando-se à votação da proposta, e sendo exigida a maioria qualificada, segundo o nº2 do artigo 25º dos Estatutos da Instituição, obtiveram-se quatro (4) votos contra e 1 (uma) abstenção, num total de trinta e quatro (34) votos. De acordo com o Código Civil, que dispõe a maioria qualificada como devendo ser de 4/5 do número total de votantes, verificou-se a aprovação da alteração estatutária proposta à Assembleia, tendo o Presidente da Mesa confirmado estarem reunidas as condições estatutárias para a alteração do nº1 do artigo 2º dos Estatutos da Instituição, que passará a ter a seguinte redação:-----

" 1. A sede social é na Rua Adolfo Coelho, 9A, freguesia da
Penha de França, concelho de Lisboa."

Deu-se, de seguida, por encerrado o Ponto um.-----

ATAS

CD
MB 2

Seguiu-se a apresentação do **Ponto dois**, tendo voltado a ser dada a palavra ao Presidente da Direção, que explicitou ser objetivo da Direção trazer este ponto à Assembleia, apesar de ser essencialmente informativo, devido à transparência pretendida nesta matéria de venda ou arrendamento de imóveis, sendo conhecido o interesse que o património da Associação habitualmente gera nos associados; como tal, a venda da fração a seu tempo será proposta pela Direção e apresentada à Assembleia para debate.-----

O Presidente da Mesa referiu que se pretende partilhar o processo com os associados, de acordo com os princípios e obrigações defendidos pelos atuais órgãos sociais. O Presidente da Direção acrescentou que não existe uma proposta concreta, mas sim a oportunidade gerada pela conjuntura do mercado imobiliário em Portugal. E lembrou a avaliação (e divulgação) do terreno da Rua Barão Sabrosa, que originou a sua venda pela melhor oferta de um particular, no valor de 170.000€, tendo ainda só sido liquidados 100.000€, mas estando marcada a escritura definitiva para o dia seguinte ao desta Assembleia. O Presidente da Direção afirmou que, havendo dúvidas quanto ao processo, que se pretende transparente e gerador do maior valor possível para a Instituição, se seguirmos o mesmo modelo provavelmente aparecerão ofertas de particulares e também empresas imobiliárias interessadas. Pensa-se que as propostas serão de diferente natureza, pois com os particulares estabelece-se um valor, enquanto que as imobiliárias, não assumem esse compromisso, procurando o melhor preço do mercado. Para a Associação, a melhor solução seria poder haver os dois tipos de ofertas em paralelo – particulares e imobiliárias - para se aproveitar as boas perspetivas do mercado imobiliário.-----

O Presidente da Direção, em seguida, convidou os associados para o acompanhamento deste processo, segundo o artigo 14º, nº 2 dos Estatutos, mediante a submissão à Assembleia da proposta de criação de uma Comissão Especial para acompanhar o processo de venda da Avenida 5 de outubro, através do acesso a toda a documentação relacionada; estando presente em todas as reuniões para que for convocada; formulando as questões e recomendações que tiver por pertinentes; emitindo parecer final sobre o processo. Esta Comissão terá início quando constituída e terminará após aprovação da alienação pelos associados, em Assembleia Geral, apreciando a Direção a possibilidade de contar com a assessoria de quem se disponibilizar para este acompanhamento, competindo as decisões finais à Direção.-----

A associada Rita Maria Rodrigues de Oliveira perguntou qual seria o valor da fração e se deveria ser alguém ligado ao imobiliário a tratar da questão, ao que o Presidente da Direção respondeu que a Associação já foi visitada por várias imobiliárias (JLL, KW, ERA, REMAX), a quem se entregou a caderneta predial, o registo de propriedade horizontal e outras informações, variando os valores referidos, entre 700.000€ e os 900.000€.-----

O Presidente da Direção referiu que a receita da venda de património deve ser destinada a investimento com igual grau de perenidade, e que conforme estipulado nos Estatutos, artigo 22º,

MS
2

ATAS

número 1, alínea) O, compete à Assembleia Geral deliberar sobre a aplicação dos fundos, sobre proposta da direção. A associada Rita Maria Rodrigues de Oliveira voltou a perguntar se poderia haver sugestões por parte dos associados, ao que o Presidente da Direção retorquiu que o tema era do interesse de todos. E abordou alguns dos problemas do edificado da Associação, como por exemplo, a Ajuda, com más condições, que exigem obras de conservação e com baixa atratividade, o que pode levar a potenciais clientes optarem por outras instituições; Igualmente, o edifício do Lar Residencial Penha de França, não tem elevador, dificultando a vida aos clientes, apesar das melhorias recentemente feitas. Considera-se positivo ter uma residência para utentes mais autónomos, mas os problemas existentes no tipo de estrutura são evidentes. Igualmente, referindo-se à Quinta dos Inglesinhos, o Presidente da Direção mencionou ser do século XVIII, estando cedido à Associação mediante um contrato de comodato anual, que em qualquer altura pode ser declinado, havendo também custos elevados com a manutenção deste edificado tão antigo.-----

A Diretora Técnica deste Centro, onde são ministrados os cursos de Formação Profissional, a associada Ana Maria Silvestre Consiglieri Pedroso mencionou que atualmente há 50 formandos. O Presidente da Direção partilhou que tem havido cortes nos fundos do I.E.F.P. e que a Associação tem adiantado valores, havendo necessidade de repensar esta resposta social globalmente. Caso a opção fosse acabar com a valência, os trabalhadores que lhe estão afetos teriam que ser indemnizados ou reintegrados em vagas eventualmente existentes noutras estruturas. Anteriormente, quando na Ajuda deixou de haver formação profissional, conseguiram-se acordos de cooperação alternativos com a Segurança Social, mas na Quinta dos Inglesinhos certamente não será possível com atual infraestrutura. -----

O Presidente da Direção transmitiu que há que procurar olhar para os assuntos de modo estratégico, pretendendo arranjar soluções que permitam resolver o conjunto de situações referidas com os imóveis, pelo que a aplicação de fundos terá sempre que estar relacionada com a natureza dos problemas identificados. Já que na cidade de Lisboa não há qualquer viabilidade em conseguir disponibilização de terrenos pela CML, será necessário encarar essa possibilidade nos concelhos limítrofes. Esta preocupação relaciona-se com a avaliação da necessidade de alteração da designação do nome da Instituição no que se refere à sua identificação com Lisboa, porquanto quem lida com a APPACDM conhece quanto é complicado soletrar a própria sigla, contudo, não será essa dificuldade que está em causa, mas sim uma previsível maior aceitação em abordagens aos concelhos de Almada, Cascais ou Loures. -----

A associada Maria Margarida Amadinho da Paz questionou se o investimento pretendido seriam obras de conservação e o Presidente da Direção retorquiu que não fora essa a afirmação, mas sim que os edifícios da Ajuda exigiam reparações, não sendo uma estrutura adequada, tal como o Lar Residencial Penha de França, tendo clarificado que há sim que haver investimento.-----

MB
PQ

ATAS

A associada Maria Margarida Amadinho da Paz afirmou que considerava a Avenida 5 de outubro uma referência e que a venda do património da Associação já tinha sido criticada em mandatos anteriores, ao que o Presidente da Direção repetiu que a intenção desta Direção é a resolução destes assuntos, pelo que foi introduzida nos novos Estatutos a possibilidade de constituição de um grupo de trabalho para estas matérias, convidando a associada a visitar o imóvel nas atuais circunstâncias, já que a mesma sugeria o arrendamento.-----

A associada Maria Manuela Nascimento Correia pediu a palavra, invocando o facto da Sede se localizar num sítio ótimo, mas não oferecendo condições nem para trabalhadores nem para utentes.-----

O Presidente da Direção reiterou que o andar está vazio e que os Serviços Centrais já foram transferidos, estando todos os presentes convidados a visitar as novas instalações. E referiu que há várias organizações de diversos setores que saem das chamadas zonas nobres da cidade, precisamente pelos custos implicados na localização.-----

O cônjuge da associada Maria Antonieta Tomás da Fonseca disse que todos estarão de acordo que o produto da venda não se iria perder no comum do dia-a-dia, mas que seria mais facilitador se se pensasse desde já na possível aplicação de verbas conseguidas com a alienação do andar da Av. 5 de outubro, mesmo que ainda seja uma abstração pensar em futuros locais para instalar o Centro da Ajuda e o Lar da Penha de França.-----

O Presidente da Direção voltou a afirmar que em Lisboa não há terrenos disponíveis, mesmo que se pretenda aglutinar estruturas, pelo que a Direção considera que a Associação terá que recorrer aos concelhos limítrofes. Em caso de venda, o depósito em conta bancária do montante, ficará devidamente identificado e só será mobilizado com aprovação da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa passou a palavra ao associado João Alberto Santos Pavão Nunes, o qual confirmou que as instalações são deficitárias. E foi referido um antigo contacto com a Câmara Municipal de Lisboa, que terá ficado de disponibilizar um terreno na Alta de Lisboa, mas que essa possibilidade nunca se efetivou. Também foi referido que durante 14 longos anos se protelou a resolução da situação do prédio da Rua Barão Sabrosa, que acabou por ruir, tendo o Vice-Presidente da Direção, o associado Luís Fernando Pintão Cascais Xavier informado que a despesa de demolição representou cerca de 50.000€, acrescentando que havia outras Instituições que optaram por sair de Lisboa. No concelho de Lisboa há demasiadas I.P.S.S., estando a capacidade esgotada.-----

O associado Patrício Viriato da Cruz solicitou à Direção que explicasse se há de facto condições físicas para arrendar o andar da Avenida 5 de outubro, ao que o Presidente da Mesa quis responder diretamente, referindo que ele próprio, sentiu muitas dificuldades sempre que subia ao 5º andar, sem elevador, tendo constatado que o teto da sala de reuniões caiu, tendo entretanto sido reparado a expensas da Instituição, e que o teto das escadas ameaçava já no início do ano o mesmo destino. Acrescentou que conhecia muito bem a dificuldade que houvera em conseguir aquele património, mas que no atual estado, será importante proceder à sua alienação.-----

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

ATAS

A associada Rita Maria Rodrigues de Oliveira voltou a intervir, partilhando que a filha está apenas desde 2014 na Associação e que sendo a segunda Assembleia em que participava, acredita que há associados (arquitetos, engenheiros, vendedores) que podem trabalhar em conjunto para apoiar a Direção e que deve haver união. Sugeriu que se redigissem os objetivos, para se poder decidir o caminho a tomar e o tipo de apoios a solicitar, tendo perguntado se as instalações da Ajuda eram propriedade da Associação, ao que o Presidente da Direção esclareceu que fazem parte do património do Estado, tendo sido cedidos pela Direção Geral do Tesouro e Finanças em 1962. Lembrou, ainda, um projeto apresentado à Fundação EDP, para apoio nos trabalhos de isolamento térmico do Centro *Bonny Stilwell*, cuja decisão se aguarda, voltando a incentivar os associados a participarem com sugestões. -----

O associado Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto perguntou se a abordagem diretamente realizada junto das Câmaras tem sido de cedência ou de compra de terrenos, ao que o Presidente da Direção retorquiu que sempre se tem privilegiado a obtenção de apoios externos, e deu como exemplo as Casas de Alapraia, cujo valor total se cifrou em €1,2 milhões, em que se apresentou uma candidatura ao POPH – Programa Operacional Potencial Humano, tendo igualmente sido angariada as doações da empresa de construção civil Mota-Engil e da Ana Aeroportos de Portugal e a comparticipação da Câmara Municipal de Cascais, sem qualquer investimento de fundos da Instituição. Acrescentou ainda que os tempos atuais são diferentes, havendo contudo que ser feita uma aproximação pela mesma via a potenciais programas e financiadores.-----

O Presidente da Direção informou que já aconteceram contactos com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no sentido de averiguar se o edifício da Fundação Júlia Moreira poderia ser todo concedido à Associação, o que seria uma excelente solução.-----

O associado António Pires de Almeida Veloso Cortesão referiu-se à possibilidade de haver qualquer particular e/ou organização interessado(a) em efetuar uma permuta, e que tal seria uma contrapartida interessante a ter em consideração.-----

O Presidente da Mesa perguntou aos presentes se havia mais questões sobre este ponto, pois não se estava a votar a alienação da fração da Avenida 5 de outubro, mas apenas a preparação pela Direção para abordar o mercado imobiliário, reunir propostas e, se possível, em paralelo, analisar a viabilidade de um projeto para reinstalação das estruturas num futuro próximo, perguntando se haveria interessados para constituir um grupo de associados com essa finalidade. Mais insistiu que se poderia constituir uma comissão de associados para este assunto, tendo sido completado pelo Presidente da Direção, uma vez que o objetivo de se trazer este assunto para a Assembleia, nesta fase, era para angariação de pessoas interessadas em resolver as situações invocadas, quer pela questão financeira, quer pelo simbolismo da Sede da Instituição. As associadas Maria Manuela Nascimento Correia e Rita Maria Rodrigues de Oliveira manifestaram vontade de integrarem um eventual grupo de trabalho a ser constituído.-----

Handwritten initials and a signature in the bottom right corner.

ATAS

MS &

Consequentemente, o Presidente da Mesa apresentou a proposta à Assembleia Geral para deliberar sobre a constituição de uma Comissão Especial, constituída pelas citadas associadas, para acompanhar a Direção no estudo preparatório do projeto de alienação do edifício da Avenida 5 de outubro, tendo esta sido submetida a votação e obtida a aprovação por maioria, com dois votos contra e uma abstenção.-----

A associada Maria Helena Andrade Colaço fez uma intervenção referindo que há mais de 14 anos se anda a tratar questões referentes ao património imobiliário da Associação e que tem conhecimento de que outras Instituições mais pequenas conseguem fazer novos investimentos, ao que o Presidente da Mesa informou que a aplicação dos fundos de uma possível alienação terá que passar obrigatoriamente por uma Assembleia Geral para se deliberar sobre a aplicação dessas receitas extraordinárias. Acrescentou que ficava aprovada por maioria a constituição de uma Comissão para acompanhar a Direção no estudo da alienação da fração da Avenida 5 de outubro e do aproveitamento dos respetivos rendimentos, sendo constituída pelas duas associadas Maria Manuela Nascimento Correia e Rita Maria Rodrigues de Oliveira.-----

Tendo voltado a passar a palavra ao Presidente da Direção para apresentar o **Ponto três**, a Assembleia foi informada de que ainda não se recebeu todo o valor da venda do terreno da Rua Barão Sabrosa, mas que já havia um investimento junto ao Centro Júlia Moreira, para realojamento do Centro de Atividades Ocupacionais Santa Clara, cujo arrendamento terminou em março, e dos Serviços Centrais, consequência do estado de degradação do andar da Avenida 5 de outubro, sendo bem visível não se tratar de uma remodelação, mas sim de um espaço inteiramente novo. E recordou que a proposta da aplicação dos fundos da venda desse terreno tinha sido sujeita à aprovação pela Assembleia. Mais indicou que o investimento tinha uma ordem de grandeza de cerca de 270.000€, com retorno financeiro através da diminuição de custos fruto da concentração dos espaços.-----

A associada Maria Margarida Amadinho da Paz interveio brevemente, referindo tratar-se de um assunto recorrente e a associada Maria Manuela Nascimento Correia partilhou a sua opinião de que era um luxo ter os Serviços Centrais numa área nobre como a Avenida 5 de outubro; e acrescentou se as obras já estavam concluídas, não fazia sentido estar agora a deliberar-se.-----

O Presidente da Direção informou que o contrato de promessa de compra e venda do terreno da Rua Barão Sabrosa foi efetuado no início do ano e que a escritura estava inicialmente marcada para maio. O gabinete jurídico aceitou o protelamento dos pagamentos e no dia seguinte à Assembleia irá decorrer a escritura definitiva, sendo que o comprador pretende entregar um cheque pré-datado no valor de 70.000€. Depois de explicado o deferimento da escritura e justificadas as razões das obras de raiz realizadas no Centro Júlia Moreira, o Presidente da Direção afirmou que a Direção está a cumprir integralmente o disposto nos Estatutos, não sendo os fundos investidos meramente em obras de conservação e estando a ser submetida à Assembleia a possível aplicação dos fundos da venda.--

47

ATAS

MD
2
MS

A associada Maria Margarida Amadinho da Paz afirmou que na Ordem dos Trabalhos deveria estar mencionado tratar-se de uma ratificação. E o vogal do Conselho Fiscal, o associado Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto informou que a decisão sobre o investimento podia ser tomada fora da Assembleia, com reaproveitamento para reserva financeira, mas tratando-se de um ato de gestão, seria mais confortável colocar-se à votação da Assembleia, para cumprir os Estatutos e dar conta da venda de um património e respetiva aplicação de fundos.-----

Foi colocada à votação da Assembleia Geral a alteração para "ratificação" na Ordem dos Trabalhos de que o valor do investimento (em ativo imobilizado) da venda do terreno da Rua Barão Sabrosa fosse aplicado na construção de novas instalações para o CAO de Santa Clara e Serviços Centrais, tendo sido aprovada por maioria, com dois votos contra e três abstenções.-----

Em seguida, o Presidente da Assembleia disse que se poderia passar ao **Ponto quatro**, o qual foi abordado anteriormente, mas que se pretendia apenas partilhar com a Assembleia os constrangimentos da designação APPACDM "de Lisboa", recordando a proposta de há muitos anos do antigo associado Luis António Feyo do Prado Quintino, então Presidente da Direção, que submeteu à Assembleia uma proposta de alteração de nome, não tendo a mesma sido aceite. Referiu que nem sempre a Assembleia está em condições de tomar uma decisão cabal e que a designação *Matter*, em sua opinião deveria ser confrontada com outras alternativas. O tema é demasiado complexo e a intenção deste Ponto não é a sua deliberação, mas apenas para se começar a pensar em possibilidades, esclarecendo que a denominação futura tem que ser clara quanto ao seu objeto e que se poderá fazer uma pesquisa sobre como fizeram algumas congéneres, tendo a associada Maria Helena Andrade Colaço afirmado perentoriamente que nenhuma outra APPACDM mudou de nome.

O Presidente da Assembleia continuou, afirmando que o arcaísmo *Matter* não será adaptável aos tempos atuais, pois hoje não é associado a "maternidade", mas sim a "matéria", devido a influência da língua inglesa. Completou a sua opinião referindo que seria importante conseguir uma marca identificável para terceiros, mas que conferisse um lugar de charneira à APPACDM de Lisboa, mas que o momento não seria para tomar uma decisão, apenas se destina sim a realçar a necessidade de debate futuro. E deu como exemplo o nome da Raríssimas, que é uma "marca" e não a denominação da Associação.-----

A associada Maria Margarida Amadinho da Paz disse que na sua opinião a palavra *Matter* sugeria superioridade e que se deveria manter a designação "de Lisboa", mas sim retirar do nome a alusão a "deficiente mental".-----

A associada Maria Helena Andrade Colaço referiu que não considera "de Lisboa" um fator impeditivo de se tratar de assuntos com outras autarquias, dando o exemplo da APPACDM de Braga e da APPACDM de Viana do Castelo.-----

MS

ATAS

MB 2

A associada Iolanda dos Santos Pereira Furtado apresentou a sua opinião de que a sigla APPACDM é difícil de soletrar, não sendo funcional, concordando com o Presidente da Mesa da Assembleia, de que deveria haver uma marca e acrescentando que em Cascais não há qualquer problema, pois essa marca existe – Casas de Alapraia – sendo difícil, por exemplo, a Câmara Municipal de Almada investir numa Instituição de Lisboa.-----

O Presidente da Direção voltou a referir ser importante mudar de nome, apesar de ser um processo complexo, e o Presidente da Mesa referiu que, se por um lado, todos os *stakeholders*, por outro lado, não é necessário ser presente à Assembleia a criação de uma marca.-----

O associado Miguel Nuno Ramos Abranches Pinto perguntou se a alteração da designação da Associação é suficiente para resolver os problemas existentes, tendo o Presidente da Mesa respondido que não é suficiente, mas que é necessário.-----

A associada Maria Manuela Nascimento Correia perguntou se se poderia designar Quinta dos Inglesinhos o CAO da Caparica e a associada Ana Maria Silvestre Consiglieri Pedroso disse que era um nome bem conhecido no concelho de Almada, mas que sempre que surgia o nome APPACDM de Lisboa surgiam alguns constrangimentos, havendo mesmo correspondência endereçada para APPACDM de Almada. Esta associada informou que se vai iniciar um projeto de urbanização, tendo-se conseguido finalmente o alvará, com um protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o Colégio dos Inglesinhos, para cedência de duas parcelas de terreno agrícola e do edificado onde se situa o CAO/Lar Residencial para a Instituição. O Presidente da Direção perguntou se haveria capacidade de construção no terreno que irá ser cedido, tendo a associada esclarecido que poderá ser submetido um projeto, mas que o nome "de Lisboa" complicará, forçosamente, quaisquer financiamentos.-----

O Presidente da Mesa resumiu que todos estavam de acordo sobre a necessidade de haver uma mudança na designação e a associada Carla Marina Abrunhosa Lopes questionou se a designação poderia ficar apenas APPACDM, sem mais nada, mas o Presidente da Mesa respondeu que se poderia confundir com as outras congéneres, apesar de terem sempre sufixos.-----

O Presidente da Direção voltou a referir-se às inúmeras dificuldades de gestão da organização e que se deveriam procurar exemplos de mudanças de designação no setor social. -----

Em seguida, informou que a Eurest, empresa de *catering* que fornece a grande maioria das refeições dos Clientes à Associação, denunciou o contrato de alimentação, tendo apresentado em sistema de *cookchill*, um valor unitário de 2,76€ como alternativa (com confeção nas instalações do CAO Júlia Moreira) em vez do anterior valor de 1,85€, o que representará um aumento de custo de 70.000€ anuais. Consultaram-se preliminarmente a Gertal e a Uniself, para confeção e transporte das refeições, e ambas apresentaram um valor unitário de 3€, o que daria um encargo anual de 115.000€. Mais declarou que com este exemplo da gestão da diária da Associação, pretende partilhar com os presentes os desafios que se colocam e estimular os Associados a participarem *inclusive* assumindo

MB

ATAS

responsabilidade nos órgãos sociais. -----
Não havendo mais questões ou intervenções, os trabalhos foram dados por encerrados pelas vinte e
duas horas e quarenta e cinco minutos.-----

Presidente



Vice-presidente



Secretária

Manz Isabel Macedo de Lencastre

